

Pauta: Instituto de Cardiologia

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP) (COSMAM): (10h12min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião conjunta da Comissão de Saúde e Meio Ambiente e da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana. Bom dia a todos. Saúdo as colegas, Ver.^a Cláudia Araújo, minha adjunta aqui na Comissão, e a Ver.^a Lourdes Sprenger. Esta é uma Reunião Conjunta com a CEDECONDH para tratar o tema do Instituto de Cardiologia. Registro as presenças dos meus colegas vereadores, Aldacir Oliboni; o Presidente da CEDECONDH, Ver. Conselheiro Marcelo; o colega de bancada, Ver. Alvoni Medina e o nosso decano, Ver. Pedro Ruas.

O que nós estaremos tratando hoje sobre o Instituto de Cardiologia tem sido matéria em vários veículos de comunicação. A Secretaria Estadual de Saúde e Prefeitura debatem situação do Instituto de Cardiologia; com os salários atrasados, profissionais da Enfermagem do Instituto de Cardiologia aprovam greve. E aqui também fala sobre os salários atrasados; outra matéria. Então temos bastante assunto para nós discutirmos sobre a situação do Instituto de Cardiologia. Nós temos que unir forças, como estamos hoje aqui, para não deixar fechar as portas do Instituto de Cardiologia, porque é nossa referência no Estado. Eu mesmo já fui atendido lá e muito bem atendido há alguns anos. Então é muita gente na fila, vereadores, e o desespero bate.

Convido para compor a Mesa conosco, a Sra. Fernanda dos Santos Fernandes, diretora da Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde; a Secretaria Estadual de Saúde; acho que não chegou representante ainda. O Ministério Público do Rio Grande do Sul também ainda não chegou representante. O Sr. Gustavo Glotz de Lima, representando o Dr. Roberto Santana, do Instituto de Cardiologia; por gentileza, componha a Mesa conosco. O Sr. Júlio Cesar Jesien, representando o Sindisaúde, que foi meu colega de quartel. O Sr. Nelson Khalil, presidente do Comdepa, seja bem-vindo; a Sra. Cibele Lopes, quem vai representá-la é o Sr. Paulo Lopes; o Sr. Ezequiel e o Sr. Ércio.

Vou passar a palavra ao Ver. Alvoni Medina, que foi o proponente desta pauta.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Bom dia a todos, é um prazer estar com todos vocês. Eu quero pedir para o Sr. Nelson ficar aqui na Mesa conosco, ele que nos trouxe, juntamente, com os demais transplantados essa pauta da preocupação do hospital de Cardiologia. Nós sabemos que é um hospital que tem referência no Estado e Município, e a gente vê as lutas dos pacientes e dos familiares. Então depois vou passar, Ver. Freitas, a palavra para o Sr. Nelson que vai nos relatar o que aconteceu, porque já foi feita uma reunião com o prefeito, com a Secretaria Municipal de Saúde e também com a Secretaria do Estado, sobre a preocupação do que está acontecendo no hospital do coração. Nós sabemos que esse hospital é um apoio para a população; a dificuldade das pessoas de chegar ali e não serem atendidas, é lógico que isso causa um desespero, uma preocupação muito grande para as pessoas que precisam do atendimento do hospital do coração.

Antes de passar a palavra ao Sr. Nelson, vou passar para os vereadores. A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Bom dia a todas e a todos. Na verdade, eu queria ouvir o que a gente tem de novidade, mas queria fazer um relato porque eu recebi a visita do Cardiologia no meu gabinete e acompanhei alguns passos com relação a essa situação. Fiz uma reunião com o Dr. Nei e com a Dra. Íris Helena, no Tribunal de Justiça, há um pouco mais de um mês e meio, onde foi feito um ofício pelo Cardiologia contando, relatando os fatos para o Tribunal, para que fosse levado para uma comissão que eles têm, nacional, de saúde, através do Dr. Ney, Desembargador. O grande problema que a gente vê do Cardiologia é a redução da tabela SUS, que principalmente na questão das cirurgias de marca-passo tinham um valor mais expressivo, de R\$ 50 e poucos mil e hoje passou para R\$ 18. Isso fez com que as “gorduras” do Cardiologia fossem utilizadas para manter as cirurgias, e hoje não tem mais isso. Hoje o que que tem, que a gente sabe, um déficit com os credores, porque perdeu o crédito no mercado, não consegue pagar seus funcionários porque não tem recurso para isso; não tem uma viabilidade próxima de que vai fazer essa ampliação. Eu acho

que o grande passo é a gente discutir com relação a isso e temos que colocar dentro desta comissão e ver como que ficou depois, porque somente em nível nacional a gente vai conseguir resolver esse problema do Cardiologia, ampliando o valor da tabela SUS. Se isso não acontecer, nós podemos discutir 500 anos que nada vai acontecer, nós não vamos conseguir melhorar a situação do Cardiologia. Então, inicialmente, só dizer que eu conheço, ontem foram pagos os funcionários, mas a gente sabe da dificuldade que é hoje para o Cardiologia manter os pagamentos em dia, tanto de credores quanto de funcionários. Então eu quero ouvir o que o Cardiologia nos traz, o que a Secretaria de Saúde nos traz, se tem algum representante do Estado também seria bem importante que a gente pudesse ter um retorno para que a gente possa avaliar e ver como que nós, enquanto Comissão, podemos ajudar a deslanchar esta questão que é muito séria, muito grave, porque o Cardiologia é referência não só para Porto Alegre, mas também para todo Estado. Obrigada.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP) (COSMAM): Registro a presença da Ver.^a Mônica Leal, da nossa Comissão. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso presidente da COSMAM, Ver. José Freitas; presidente da CEDECONDH, Ver. Conselheiro Marcelo; colegas vereadores de ambas as comissões; saúdo o representante do governo municipal, do Instituto de Cardiologia, do Ministério Público; lideranças, de modo especial aqui o Júlio que é presidente do Sindisaúde; senhoras e senhores. Lamentamos a falta do governo do Estado, através da Secretaria, que é um dos que deveria dar aqui retorno do repasse dos recursos do Cardiologia, infelizmente se faz ausente. Gustavo, nós, enquanto Comissão de Saúde e Meio Ambiente, como também a CEDECONDH, vereadores, somos muito cobrados quando os repasses não estão sendo feitos para tanto hospitais como também do governo federal em relação aos serviços públicos da cidade. Nesse caso, gostaria que o senhor pontuasse muito bem a partir de quando passou a ter dificuldades, porque nós sabemos que o governo anterior, governo Bolsonaro,

lamentavelmente, nunca discutiu nenhum reajuste da tabela e agora cai para este governo resolver isso e deve resolver, deve resolver. Porque a tabela do SUS ou a tabela AMB que nós sabemos ela tem que ser reajustada conforme, eu diria até, pelo INPC, mas infelizmente não acompanhou. Eu estranho aqui que o Cardiolgia levanta somente agora este problema meio que de uma situação de falência e quem paga as contas, quem paga por isso são os servidores. Que bom que o senhor pagou ontem os salários até R\$ 3.600,00, se não me engano, para não ter uma greve geral, porque, aí sim, ia para falência. Nós precisamos ter a compreensão aqui que, quando uma instituição desta natureza que é referência para nós no atendimento, nós temos que brigar por ela para não fechar, levanta uma situação somente agora. A Câmara de Vereadores não tem este poder enorme de poder pressionar, nós temos que trazer para o debate a Assembleia Legislativa, principalmente a bancada gaúcha, para saber como ela se posiciona diante desse problema. Porque emendas parlamentares, seja de deputados ou até mesmo da bancada gaúcha, podem resolver a questão provisoriamente, nós sabemos disso, eles têm um enorme valor disponível enquanto bancada gaúcha. Mas não vai resolver definitivamente é preciso, sim, ter um movimento, Ver. Pedro Ruas, que dialogue com a bancada gaúcha para pressionar, e aí eu digo, nosso governo para poder majorar a tabela, para melhorar a situação da tabela do SUS. Então é nesse sentido que eu gostaria de ver como está a situação do Cardiolgia, que me parece claro que é um problema de gestão, mas a Câmara, com certeza, estará disponível para ajudar a fazer parte deste GT, ou de algo semelhante, que possa trazer vida novamente ao Cardiolgia e o pagamento em dia aos servidores. Inicialmente é isso. Muito obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP) (COSMAM): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Cumprimentando o ilustre colega, Ver. José Freitas, cumprimento a COSMAM que ele representa, e cumprimentando o

Ver. Conselheiro Marcelo, aos meus colegas da CEDECONDH, em especial o Ver. Alvoni Medina que propôs esta pauta; aqui o Dr. Gustavo Lima e eu quero fazer uma referência especial ao Júlio que representa as trabalhadoras, os trabalhadores do setor da saúde é sempre uma honra estar junto nas lutas contigo, Júlio; e ao Nelson Khalil que trouxe esta demanda importantíssima. Para todos nós o Cardiologia é fundamental e há casos individuais, eu falava há pouco para o Dr. Gustavo que fui salvo lá de uma fibrilação atrial. Cada um de nós tem uma história familiar ou pessoal com o Cardiologia e nós temos orgulho do Cardiologia. Eu recordo, meu caro Ver. Alvoni Medina, que, em 2011, quando se falava da possível implosão do Estádio Olímpico, que eu, aliás, era contra essa implosão, mas o que importa é que se mostrou que a implosão afetaria o Cardiologia e por isso ela não foi feita. Foi pelo Instituto de Cardiologia, porque ela teria um raio de 5 km, ia derrubar parte do Cardiologia. Eu quero ser muito breve também, mas cumprimentar pela oportunidade da pauta, o Cardiologia é fundamental, é uma referência, literalmente, diariamente salva vidas, Júlio, nós sabemos do esforço daquelas e daqueles trabalhadores, nós sabemos o que fazem, a competência e a dedicação. Obviamente, não há nada, Ver. Oliboni, que tenha problemas que não passe por gestão, claro, tudo tem gestão, mas a gestão é um conceito mais amplo do que somente o da entidade, Ver. Medina, gestão envolve a entidade, envolve o Município, envolve o Estado, envolve a União, gestão é algo superior, bem superior e muito mais amplo. Então o nosso debate, que eu não sei se pode encerrar numa reunião apenas, e aqui já concluo, é exatamente sobre isso, como resolver, como pelo menos diminuir, como mitigar os efeitos danosos dos problemas de gestão em geral que nós temos e que se refletem em vários setores, em várias áreas, mas nesse momento, no nosso querido e imprescindível Instituto de Cardiologia. Muito obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP) (COSMAM): Obrigado, vereador. Passo a palavra ao Ver. Marcelo Conselheiro, Presidente da CEDECONDH.

PRESIDENTE MARCELO CONSELHEIRO (PSDB) (CEDECONDH): Saúdo a todos, bom dia. A importância que a CEDECONDH tem em participar numa pauta dessas, como nós estamos tendo, por praticidade, vereadores da comissão, em trazer pautas importantes. Na última semana trouxemos a Equatorial, trouxemos outras demandas voltadas diretamente à vida da população para que a gente consiga, de uma certa forma, Ruas, fazer a diferença na vida das pessoas, porque aqui a gente está legislando para o povo e não para nós. Esse é o papel da CEDECONDH, na minha presidência, e, novamente uma pauta muito importante que, com certeza, acaba afetando diretamente a vida do cidadão porto-alegrense, e não só de Porto Alegre, mas também como o Instituto de Cardiologia é uma referência no que se refere ao tratamento, várias pessoas são atendidas. Inclusive minha mãe já teve que usar o Instituto de Cardiologia, foi muito bem atendida. Então nós temos referências e gostaríamos que tivesse continuidade nesse trabalho de atendimento para a população. Muito obrigado e parabéns aos proponentes, parabéns aos vereadores que aqui estão se fazendo presentes para que essa pauta tenha êxito.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP) (COSMAM): Obrigado, Ver. Marcelo. O Sr. Nelson Khalil, representando a Comdepa.

SR. NELSON KHALIL: Bom dia a todos e todas, como dever de presidente do Conselho Municipal de Direito às Pessoas com Deficiência, vou fazer um breve áudio, como método de acessibilidade. (Procede-se à autodescrição.) Bom, é sempre muito bom falar do Cardiologia, mesmo em momentos ruins como esse. Quero cumprimentar o Presidente José Freitas, o meu amigo Alvoni Medina, o Pedro Ruas e tantos outros que aqui estão, não quero citar todos, mas sintam-se todos abraçados, é muito importante ter todos os vereadores aqui presentes para a gente tentar levar a bom termo esta solução. Eu só estou aqui, o Ezequiel só está aqui, a Cibele que está aqui representada pelo Paulo, o meu amigo Gastão, só estamos aqui porque existe o Cardiologia. O Instituto de Cardiologia é um centro de referência não para Porto Alegre, mas para o Brasil inteiro e

talvez para o mundo todo. Devemos agradecer muito a diversas pessoas, e é inevitável não citar o sempre saudoso professor Ivo Nesralla que dirigiu esse hospital em tantos caminhos difíceis, com tanta valentia, e manteve vivo o Instituto. Não é a primeira crise que o Instituto vive, pelo contrário, são muitas, e essa é uma crise que não é exclusividade do Cardiologia. O setor de saúde mundialmente está enfrentando crises, mas nenhuma delas tão grave como a que está vivendo o Cardiologia. E não é exclusivamente pela tabela SUS que está defasada, nos honorários médicos, nas OPMs, está defasada em uma série de fatores e ela precisa ser reajustada, mas não é em função disso. Não é em função dos incentivos que a Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria Estadual de Saúde estão deixando de repassar ou repassando em quantidade menor do que repassavam antes. É, sim, por uma gestão temerária atual do Cardiologia. Nós temos que fazer um esforço gigantesco para manter o Instituto vivo, mas nós temos que mantê-lo vivo e tirar a péssima gestão que está acontecendo lá, solucionar os problemas de gestão. Porque em todas as outras crises, fazia-se pedido por uma emenda parlamentar no Senado ou no Congresso, se fazia uma correria daqui e dali e conseguíamos resolver o problema sempre. Agora este problema gravíssimo que está acontecendo hoje, que não se tem dinheiro para comprar marcapasso no Instituto de Cardiologia, nunca aconteceu antes, nunca. E isso é gestão, uma gestão que pegou, por exemplo, eu não sei se vocês sabem disso, mas meus amigos transplantados aqui sabem muito bem disso, o melhor setor do Hospital de Cardiologia era a UTC, Unidade de Transplantados Cardíacos, um setor que funcionava espetacularmente bem. A Dra. Solange inclusive apelidou este setor de Disneylândia dos transplantados. E aí a atual direção resolveu destruir esse setor para fazer um centro de cirurgias eletivas que não faz nenhum sentido dentro do Hospital. Seria um centro perfeito para o Hospital da PUC ou para outro hospital, mas para o Cardiologia não fazia nenhum sentido, e aí destruiu o melhor setor do Hospital para fazer isso. E hoje está atendendo, por exemplo, no ambulatório da Santana, de maneira absolutamente precária, com um número de pessoas gigantesco. Marcar consultas no Cardiologia hoje, se tu deres sorte, leva seis,

sete, oito meses. E isso certamente, certamente, é uma questão de gestão. Esta gestão, ela tem que ser resolvida, porque... Um outro detalhezinho que talvez vocês não saibam, mas a gente, que conviveu muito tempo no Cardiologia, eu, há 18 anos, estou lá dentro, e há 18 anos é o meu segundo lar... Eu lembro que a enfermeira Lídia, uma vez eu falei para ela que eu estava com problema na minha casa: “Como que estás com problema na tua casa, se a tua casa é aqui, tu não sais daqui de dentro?” Neste hospital, foi reestruturado um quadro de funcionários, e foram demitidos funcionários com 40 anos de casa sem nenhuma justificativa. Eu me lembro de um caso de uma senhora com 40 anos de casa que chegou um dia para trabalhar, e o cartão-ponto dela não estava, foi assim que ela foi demitida. Esse tipo de coisas, sem nenhuma participação da sociedade, sem ninguém tomar conhecimento e participar disso. Eu vou lembrar novamente, porque tenho muitas saudades dele, o professor Ivo. A porta do escritório dele era aberta, permanentemente, para todo o mundo. A gente entrava lá, conversava, falava, ele resolvia e ele atendia, era um hospital que atendia seus pacientes, dava carinho aos seus pacientes. Hoje, infelizmente, eu sinto que o hospital trata de clientes, mudou a maneira de tratar. Tirando a equipe médica, aquelas pessoas que a gente já tem mais contato há mais tempo, o resto do hospital trata os pacientes não mais como pacientes, e sim como clientes que têm que fazer alguma coisa. Essas questões são duras, e nós temos que tomar alguma providência, porque nós não podemos perder esse patrimônio que a cidade de Porto Alegre tem, que atende não só Porto Alegre, atende o Estado inteiro e atende o Brasil inteiro. Eu tenho amigos de Fortaleza que eu conheci dentro do hospital, porque vieram se tratar aqui. Esse patrimônio não pode ser perdido por uma gestão temerária, ou por qualquer outro erro aleatório. Nós temos que fazer um esforço, manter o hospital e manter o hospital funcionando bem, como sempre funcionou. Obrigado.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP) (COSMAM): Obrigado, Sr. Nelson. Saúdo nosso colega Ver. Jonas Reis, seja bem-vindo. O Sr. Gustavo Lima, representante do Instituto de Cardiologia, está com a palavra.

SR. GUSTAVO GLOTZ DE LIMA: Obrigado. Bom dia a todos. Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer, ao saudar os vereadores de Porto Alegre, a CEDECONDH e a COSMAM, que me sinto muito honrado de estar aqui representando o Instituto de Cardiologia nesta sessão fundamental da nossa cidade de Porto Alegre, representada pelos senhores. O Instituto de Cardiologia precisa justamente disso, ele precisa de toda ajuda que ele puder receber neste momento. Esta é uma oportunidade de a gente juntar forças da comunidade, dos pacientes, dos nossos representantes de diversas ordens, para ajudar o Instituto de Cardiologia, que passa por um momento difícil. Por causa disso, eu tomei a liberdade de preparar uma pequena apresentação, que, se me permitirem, eu posso projetar. Pode ser? (Pausa.) (Projeção de imagens.) Ao começar, eu sou obrigado a fazer uma breve apresentação da minha pessoa. Eu sou médico, eu sou professor universitário, eu estou no Instituto de Cardiologia há 30 anos. No Instituto de Cardiologia, eu fiz toda a minha formação cardiológica, que foi precedida de uma formação de medicina interna no Hospital de Clínicas. Depois fiz uma complementação numa subespecialidade da cardiologia, no Canadá, que é a minha ocupação maior, que é a eletrofisiologia. Eu, há questão de oito anos, fui incumbido da responsabilidade de participar da direção do Instituto de Cardiologia. Por que isso? Porque o Instituto de Cardiologia tem uma maneira própria, pelo seu estatuto, de fazer a sua gestão e organizar o seu funcionamento. Quando, há oito anos, eu fui incumbido disso, pensei eu: bom, chegou o meu momento, é a minha responsabilidade, eu tenho que contribuir para a minha casa, casa essa que é de todos os gaúchos, de todos os porto-alegrenses. O patrimônio é nosso, nós temos que cuidar dele. Isso começou em 1966, de um sonho em que duas pessoas se juntaram e realizaram a primeira parceria público-privada do Brasil. Ela serviu de molde para o Incor, em São Paulo. O professor Rubem Rodrigues, professor de cardiologia da então Faculdade Federal do Rio Grande do Sul, na cadeira de cardiologia, foi procurado por um aluno; o aluno, que se tornou o professor Ivo Nesralla. O professor Rubem foi procurado por ele, e a proposta do professor Nesralla era de fazer em Porto Alegre um bloco cirúrgico para cirurgias cardíacas, que não

existia à época; e o professor Rubem fez uma outra proposta ao então jovem cirurgião Ivo Nesralla: “Nesralla, em vez de fazer um bloco cirúrgico, vamos fazer um instituto de cardiologia”. Então o Instituto de Cardiologia nasceu dentro da faculdade, por isso sempre teve como lema ensino, pesquisa e assistência, e esse tripé vem até agora.

A parceria público-privada se deu porque o professor Nesralla era genro do dono da Companhia de Petróleo Ipiranga, que aportou um recurso para que esse sonho fosse realizado, e o professor Rubem, por sua parte, foi ao governo do Estado, conseguiu que a Secretaria da Agricultura passasse uma sobra de recursos para a Secretaria da Saúde, conseguiu que o governo do Estado doasse o prédio para o hospital e, com essa união de esforços e de recursos, o hospital foi inaugurado em 1969. À época o professor Rubem fez uma aposta: “o hospital vai ser inaugurado antes de o homem chegar à lua”, e realmente foi! Desde então, o Instituto de Cardiologia já formou mais de mil cardiologistas que estão espalhados pelo mundo todo: nós temos discípulos nossos no Canadá, nos Estados Unidos, na Europa, em Porto Alegre, em Cacimbinhas, em Ribeirão Preto, em Rio Verde, na Bahia; o Instituto de Cardiologia está espalhado pelo mundo afora, ajudando as pessoas, salvando vidas.

O Instituto de Cardiologia é administrado pela Fundação Universitária de Cardiologia; a Fundação Universitária de Cardiologia elege o conselho diretor, que elege a direção, por isso eu comecei, há oito anos, a contribuir na condução dos hospitais, que hoje são mais do que apenas o Instituto de Cardiologia. Além da matriz, nós temos o Hospital de Viamão, e administramos para o Estado do Rio Grande do Sul o hospital de Alvorada, o Hospital Padre Jeremias, de Cachoeirinha, o Hospital Regional de Santa Maria e o Instituto de Cardiologia do Distrito Federal. Isso faz com que a Fundação tenha hoje em torno de 4.500 colaboradores, só em Porto Alegre são 1.500 colaboradores diretos, isso representa um número indireto de colaboradores perto de 12.000 colaboradores. São muitas famílias que colaboram e dependem da Fundação Universitária de Cardiologia.

Como já foi dito, ela passou por várias crises, mas nunca uma crise assolou tanto a nossa instituição, por diversos fatores. Pode ser gestão interna? Pode. Mas o subfinanciamento da saúde hoje é enorme. O Instituto de Cardiologia é um hospital privado, é uma fundação privada sem fins lucrativos, não tem subvenção rotineira de nenhuma ordem, pode captar recursos extra operacionais, mas ele não tem subvenção, então nenhuma dessas unidades tem recurso para folha de funcionários, por exemplo. Muito diferente do Conceição e do Hospital de Clínicas, que têm subvenção para uma série de encargos. A crise da saúde é tão grande que se sabe que um paciente do SUS, em média, causa um déficit orçamentário de 40%. O segundo maior cliente do instituto em Porto Alegre é o IPE, que nos causa um déficit orçamentário em torno de 10% a 12% por paciente internado, por cada paciente internado. Isso situa o problema atual para os senhores.

Nesse *slide* a gente consegue ver a evolução, nos últimos cinco anos – de 2017 a 2022 –, do número de internações. Os senhores podem ver, no gráfico de barras abaixo, em azul, a barra do SUS; em vermelho, as internações pelo IPE, que é o nosso segundo maior número de pacientes; em verde, os outros convênios e particulares. O que nós podemos ver é que o número de internações não diminuiu nos últimos cinco anos, ficou ao redor de 10 mil, se manteve estável nos últimos cinco anos, apesar da epidemia da covid, que foi um baque enorme para a nossa instituição. Para os senhores terem uma noção, nós, em Santa Maria, tivemos que transformar um hospital que era basicamente, essencialmente ambulatorial, nos anos de covid, ele se tornou um hospital basicamente de UTI, de tratamento hiperespecializado a um custo enorme. O pessoal veio da Amazônia para ser tratado no Instituto de Cardiologia, na sua sede de Santa Maria. O Instituto de Cardiologia de Porto Alegre, na covid, era para ser um hospital de retaguarda, não era para internar covid. Nós tivemos que abrir uma UTI Covid as nossas custas, sem recursos extras para abrir. Tudo isso é um impacto enorme.

Além disso, o hospital gerencia todos esses outros hospitais para o Estado, sem receber subvenção nenhuma administrativa. Não tem subvenção administrativa

para gerenciar Santa Maria, para gerenciar Alvorada, para gerenciar Cachoeirinha. Isso é um custo administrativo do Instituto, da Fundação, melhor dizendo, da Fundação Universitária de Cardiologia.

O número de cirurgias cardíacas representado agora aqui também se manteve estável, claro que ela diminuiu um pouco de 3,5 mil para 2,7 mil, ao longo dos últimos cinco anos, mas esse número não é feito por mais ninguém, poucos hospitais do País têm esse número de cirurgias cardíacas. A nossa unidade do Distrito Federal é a terceira maior transplantadora de órgãos do Brasil, lá tem mais de 500 fígados transplantados; mais de 350 corações transplantados; medula óssea, eu nem sei quantas; transplante de rim e pulmão. Tudo é um esforço enorme da Fundação Universitária de Cardiologia, que assumiu esses hospitais todos a pedido da comunidade. O Instituto assumiu Brasília quando o Distrito Federal solicitou ajuda do Instituto, porque o Incor estava saindo do Distrito Federal. O Instituto assumiu Santa Maria porque o governo do Estado pediu para o Instituto assumir Santa Maria, da mesma forma, Alvorada e Cachoeirinha, e, da mesma forma, Viamão, quando as freiras decidiram não mais manter o hospital de Viamão.

O número de cateterismos e angioplastias é igual nos últimos cinco anos, isso apesar da covid, em que todos os hospitais reduziram o seu tratamento cardiológico, o Instituto não reduziu o tratamento cardiológico. O Instituto hoje é um hospital do Estado que pode atender um infarto agudo de miocárdio, que é a doença que mais mata no mundo ocidental, ele pode abrir uma coronária em 45 minutos, é o tempo porta-balão. Pouquíssimos hospitais do mundo têm esse tempo porta-balão de 45 minutos. E isso é fundamental porque, cada minuto em que a coronária fecha e o miocárdio fica sem oxigênio, a mortalidade aumenta drasticamente, e o Instituto conseguiu manter isso. Ele tem 365 dias do ano, 24 horas por dia a sua hemodinâmica aberta para atender esse tipo de problema, que é o mais grave, que é o mais importante da cardiologia, não é o mais grave, é o mais importante da cardiologia em termos de diminuição de óbitos, em termos de sobrevivência e de qualidade de vida. Só que isso é caro, isso não é barato, porque nós temos que ter estrutura, nós temos que ter pessoal de

enfermagem especializado, nós temos que ter cardiologistas especializados, nós temos que ter UTI especializada. O nosso serviço de eletrofisiologia é o que mais faz casos de ablação e tratamento de arritmia no Brasil, pelo SUS. São mais de mil procedimentos que são feitos anualmente. Os pacientes vêm do Acre, porque lá não tem quem faça isso. Os pacientes vêm de Roraima, porque lá não tem quem faça. Vejam só, os pacientes são colocados em dois, três voos para vir aqui fazer um estudo eletrofisiológico, numa ablação, Dr. Luciano. O Dr. Luciano Rosa é o nosso diretor técnico, responsável por toda parte de assistência médica do hospital.

Os nossos resultados financeiros que eu mostro aqui, nesse próximo eslaide, são muito alarmantes. Vocês veem que a receita bruta de Porto Alegre caiu de R\$ 147 milhões para R\$ 135 milhões, nos últimos cinco anos. Essa receita bruta é um dos grandes problemas da Instituição. Por quê? Porque o Instituto vem sendo subfinanciado pelo SUS e pelo IPE, que são as grandes maiores receitas do Instituto. O IPE, a questão de seis anos atrás, fez uma inversão de transferência de recursos para o Instituto, em relação aos outros hospitais de Porto Alegre. Uma diária de UTI para o mesmo paciente no Ernesto Dornelles é duas vezes e meia, às vezes até três vezes, maior do que no Instituto de Cardiologia, e isso vale para a Santa Casa também, vale para a PUC. E aí os senhores vão me perguntar: por que isso? Isso foi provocado por um desbalanço do tratamento oncológico. Para o IPE manter os recursos para oncologia desbalanceou as diárias médicas totais. Então, um paciente que faz uma cirurgia cardíaca e vai para a UTI, no IPE, ela recebe uma diária duas vezes e meia maior de um paciente que faz uma cirurgia cardíaca e vai pra UTI do Instituto de Cardiologia. Nós estamos em tratativas com o IPE há mais de cinco anos e não conseguimos ainda uma resolutividade para isso. Os nossos custos vêm aumentando. Por que vêm aumentando? Porque existem os dissídios, existem os encargos trabalhistas. Nós fizemos – infelizmente, como foi dito aqui -, com o maior desgosto eu tenho que dizer isso, nós tivemos que desligar alguns colaboradores, mas mesmo assim os encargos trabalhistas não nos permitem uma redução maior sem acometer a assistência. Nós podemos reduzir o máximo

que a gente pode sem comprometer a assistência, sem falar em algumas leis trabalhistas que impedem que a gente, por exemplo, tenha um médico pra mais de 10 leitos de UTI, e isso vale pra enfermagem, vale pra todos os outros colaboradores diretamente ligados na assistência.

A tabela do SUS, que foi falada aqui, não tem reajuste há mais de 20 anos. E a inflação da área da saúde é muito maior do que a inflação do resto do País. A inflação da área da saúde chega a 20%, 25%. No auge da covid, vários medicamentos essenciais para salvar as vidas aumentaram quase 1000%. Para os senhores terem ideia, nós tivemos que pegar caminhonetes e caminhõezinhos, na época da covid, e ir comprar medicamento no Uruguai. Nós tivemos que comprar medicamento e atravessar a fronteira para que os pacientes tivessem medicação. Medicação essa que tinha subido 1000%, que nós nem conseguimos comprar.

No ano de 2021, nós recebemos um apoio extraoperacional muito significativo. E os senhores podem ver nesse gráfico que desde 2017 nós vínhamos no negativo; em 2021, pela primeira vez, nós viramos para positivo; e depois nós fomos para o negativo novamente, de maneira muito aguda e severa. Por que que aconteceu isso em 2021? Porque nós recebemos um recurso para a Fundação Universitária de Cardiologia, que inclusive acabou com a crise no Distrito Federal, e que perdura até hoje. Por que é que ela acabou com a crise no Distrito Federal? Porque ela veio acompanhada de uma reconstrução em que a saúde, lá no Distrito Federal, tem uma subvenção bipartite: ela recebe o recurso do SUS e ela recebe um complemento da Secretaria da Saúde do Distrito Federal. Isso fez com que o Distrito Federal, a nossa unidade do Distrito Federal, que é a terceira maior transplantadora do País, pudesse ter uma subsistência adequada. Para dar um exemplo, uma diária de UTI pediátrica, onde estão os pacientes gravíssimos, recém-nascidos com cardiopatias muito graves, que precisam intervenções múltiplas, uma diária aqui no Instituto de Cardiologia é em torno de R\$ 500, do SUS ou do IPE; em Brasília, essa mesma diária é de R\$ 3.500 a R\$ 4 mil. Então, quer dizer, o complemento do Distrito Federal é que propiciou que o hospital lá se recuperasse. Além da covid, além

do subfinanciamento; tanto do SUS, como do IPE. E nós tivemos o impacto de uma portaria, no ano passado, que reduziu drasticamente o repasse de insumos de próteses e órteses essenciais para o Instituto de Cardiologia, que foi basicamente toda a gama dos marca-passos. Essa portaria afetou de tal forma a nossa instituição e todas as outras que lidam com isso que inviabilizou o nosso fluxo de recursos, causou um endividamento tal da instituição que os fornecedores não nos vendem mais esses produtos. Cada vez que se vai comprar um marca-passo – que antes nós comprávamos adiantado e, portanto, podíamos negociar melhor o preço –, eles dizem: “Olha, nós só entregamos o marca-passo se vocês pagarem a dívida que vocês têm conosco. De tantos outros que nós já fornecemos, vocês implantaram e nós não recebemos ainda.” Porque todos os repasses, se nós botamos um marca-passo hoje, nós vamos receber esse recurso dali a três ou quatro meses. E esse tempo é muito caro para a negociação com a indústria. Só que se eu não botar um marca-passo no paciente, o paciente morre. Nós temos em torno de 40 pacientes dentro do Instituto de Cardiologia que não podem sair lá de dentro, porque ainda não tiveram seu implante de marca-passo, e isso nos ocupa 40 leitos, impedindo a entrada de outros pacientes. O que os outros hospitais fizeram? Os outros hospitais pararam de implantar e mandam para o Instituto de Cardiologia. Para os senhores terem uma ideia, no ano passado, o Instituto de Cardiologia botou mais marca-passo do que a Santa Casa, a PUC, o Hospital Conceição, o Hospital de Clínicas, juntos. Se nós somarmos os implantes de todos esses da Região Metropolitana, o Instituto botou o dobro deles às custas das nossas negociações, às custas de endividamento, por quê? Porque o paciente entra no Instituto, e nós não podemos deixar o paciente sucumbir, é a nossa missão. E isso provocou a crise aguda que nós estamos vivendo. Só que nós não estamos parados, nós estamos em Brasília pedindo recursos; nós estivemos, por exemplo, ontem, na Prefeitura, negociando e pedindo apoio; nós estamos, hoje, no Palácio Piratini pedindo apoio, pedindo ajuda, mostrando o grau de problema da nossa instituição. E, como já foi dito aqui, todo mundo tem alguém próximo, alguém querido que já foi atendido no Instituto de Cardiologia. O Instituto de

Cardiologia hoje representa em torno de 70% do atendimento cardiológico do Estado, por isso que nós prontamente vimos aqui para demonstrar tudo o que está acontecendo e para também pedir ajuda dos senhores.

Estou à disposição para o que eu puder esclarecer.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP) (COSMAM): Muito obrigado. Saúdo a nossa colega Ver.^a Tanise, da COSMAM, e o Ver. Bobadra, da CEDECONDH. Passo, então, para a representante da Secretaria Municipal de Saúde e lamento muito a Secretaria Estadual não estar aqui representada, é a principal.

A Sra. Fernanda Fernandes, diretora da Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde, está com a palavra.

SRA. FERNANDA DOS SANTOS FERNANDES: Bom dia a todos, quero cumprimentar os vereadores, os representantes do Instituto de Cardiologia, os trabalhadores aqui presentes; nós temos acompanhado e conversado com o Instituto de Cardiologia quase que diariamente. Vou reforçar aqui o que já foi dito em relação à situação que começou a se agravar no final de 2021, quando a gente teve a publicação da Portaria nº 3.693. O Dr. Gustavo acabou de mostrar que o valor que ele paga pelos marca-passos lá no Instituto, quando ele negocia, e o importante é dizer que do valor que o SUS repassa ainda sobrava uma folguinha para outras coisas, que agora não existe mais, tem um déficit, não é, Gustavo? Então, por exemplo, os marca-passos multissítio, o SUS pagava R\$ 50 mil, passou a pagar R\$ 18.542,62 – uma diferença de R\$ 31 mil. Os CDIs, o SUS pagava R\$ 29 mil na tabela, passou a pagar R\$ 15.600,00 teve uma redução de R\$ 13 mil. Também, só para ilustrar, pelo desfibrilador implantável eram pagos R\$ 36 mil, passou a pagar R\$ 15 mil, então, teve uma redução de R\$ 20 mil. De fato, o Cardiologia era o hospital que mais implantava marca-passo na cidade, mais do que os outros – a gente tem cinco serviços especializados em cardiologia na cidade, o Dr. Gustavo citou aqui, mas, em volume, por ser um hospital especializado, de fato, é o IC-FUC o que mais realiza. A publicação dessa portaria teve uma supressão no País de R\$ 296 milhões no ano a partir

da sua publicação. Só no Estado, a redução foi de R\$ 34 milhões e, só em Porto Alegre, foram R\$ 16,2 milhões, que começou impactar justamente em 2022, que foi o que o Gustavo mostrou agora. Em 2022, teve uma queda brusca no faturamento. Houve depois a publicação de uma outra portaria de um programa, o QualiSUS Cardio, do Ministério, mas esse *gap* que houve entre uma portaria e outra, porque aumentaram os valores de outros procedimentos na Portaria nº 1.098, o estrago já estava feito, não é, Gustavo? Porque teve esse *gap* entre uma e outra. E, quando a ministra Nísia esteve aqui e fez uma reunião com o governador e os representantes da Secretaria de Saúde, essa pauta foi colocada para ela, ela se comprometeu em revisar essa situação. A gente ainda não tem o retorno, a gente tem conversado sistematicamente com o Estado para ver como é que anda essa negociação, porque a gente pensa que alguma coisa tem que ser feita para que a gente consiga sanear essa situação. Então, o contrato da secretaria com o IC-FUC é da ordem de R\$ 5,76 milhões por mês. Nós já realizamos o pagamento agora no início da semana, mas como o Gustavo bem colocou aqui, é uma rede, outros hospitais também estão com uma situação financeira bastante delicada, então por isso também seria importante a presença do Estado aqui para a gente pensar uma solução mais ampla, porque é um problema bastante complexo. Ontem, a gente esteve com o vice-prefeito lá no Instituto de Cardiologia e mais alguns interessados da sociedade civil em resolver a situação. E eu acho que realmente essa proposição da Câmara é muito importante, porque a gente vai precisar muito do apoio político da Câmara de Vereadores para nos ajudar a resolver essa situação, que é uma situação bastante complexa e requer o apoio amplo da sociedade para que a gente possa encaminhar soluções que não são muito fáceis. A gente tem feito várias conversas, Gustavo, Dr. Luciano também, o hospital tem estado restrito bastante para receber pacientes em função da falta de insumos, que o hospital tem nos comunicado. Isso está sobrecarregando outros serviços na cidade, porque a gente tem que redirecionar os pacientes. Então, a gente pode ter uma situação de saúde pública muito importante, muito séria, e nós precisamos de apoio para conseguir resolver. O déficit só de 2022, não estamos nem falando de 2023, o

Gustavo nem consolidou 2023, só 2022 é o valor de um ano do contrato da secretaria com IC-FUC, a gente poderia fechar um ano lá e continuar pagando vocês para resolver só o déficit de 2022. Para vocês verem a dimensão do ponto de vista que a Secretaria de Saúde ou a Prefeitura sozinha realmente não tem perna para ajudar vocês nessa situação. Precisamos de vários atores para encaminhar uma solução.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP) (COSMAM): Obrigado, Fernanda. O Sr. Júlio Cesar Jesien, presidente do Sindicato dos Profissionais de Enfermagem, Técnicos, Duchistas, Massagistas e Empregados em Hospitais e Casas de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul – Sindisaúde RS, está com a palavra.

SR. JÚLIO CESAR JESIEN: Muito bom dia a todas e todos, saudar aqui a Mesa, tanta gente que a gente conhece e que desempenha esse trabalho lindo por Porto Alegre, Fernanda, Mônica, Cláudia. Cumprimentando as meninas, cumprimento todos e todas, até por uma questão de representar uma categoria que é majoritariamente feminina, 80% da minha categoria é de mulheres. Estamos falando de mães solas, mães de família, muitas mães que atuam na área da saúde. Eu sou Júlio Jesien, estou presidente do Sindisaúde e estou aqui hoje para falar da importância do Instituto de Cardiologia, como bem já foi dito. O Instituto de Cardiologia é uma referência na questão cardiológica, por lógica, mas a sua rede vai mais além, a gente está falando de atendimento em outros quatro ou cinco lugares, não me lembro bem, mas também não vem muito ao caso. A questão como um todo, ela não tem só essa dificuldade em Porto Alegre, a gente tem dificuldade em Viamão, por exemplo. Há pouco dias se discutia a questão de Viamão, a dificuldade em não poder mais nascer em Viamão, por exemplo, porque fechou a pediatria. A dificuldade de Alvorada, porque, em tese, vai trocar o contrato pelo governo do Estado, que não está aqui, muito bem lembrado, mas que infelizmente o gestor tinha contrato, aliás, tem contrato até 2026.

Então, o problema do Instituto de Cardiologia é bárbaro, mas a gente precisa ir mais além. A gente precisa falar daquelas e daqueles que estiveram, independente se poderiam ter a possibilidade de partir ou não, a gente está falando de trabalhadoras da saúde, trabalhadores da saúde. Enquanto sindicato, a gente vai olhar para esses trabalhadores e é disso que a gente quer falar. Percebam o seguinte, o problema vem se acumulando, também é problema dos trabalhadores. Já desde 2021, os trabalhadores não têm corretamente o crédito do FGTS. Por fim, já há 12 meses não têm o crédito do FGTS dos trabalhadores. Sabe o que acontece com isso? O trabalhador que tem o financiamento no CEF, ele não pode amortizar a dívida, porque o hospital não deposita o que é dele. Este é um dos problemas, mas a gente tem mais problemas, tem a questão das férias dos trabalhadores, por exemplo. Há pouco eu estava aqui olhando uma trabalhadora que está há dois anos no Cardiologia, e essa pessoa diz o seguinte, “Júlio, eu estava programada para já há dois anos entrar em férias agora, porque eu não aguento mais a pressão psicológica, a saúde mental destruída, eu precisava muito dessas férias. Pois bem, como não tinha como pagar, o Cardiologia cancelou minhas férias, até agora não depositou as minhas passagens para eu voltar a trabalhar e eu tenho essa dificuldade enorme.” Então, esses são os problemas que vêm acontecendo com os trabalhadores e, a partir de março, a gente começa a ter o atraso no pagamento do salário dos trabalhadores. E o hospital muito inteligente, por ser o Sindisaúde o maior representante dentro da saúde em trabalhadores, normalmente ele vai lá e paga primeiro os nossos e os outros todos ficam a não receber. Percebo que foi dito aqui que foi feito o pagamento ontem até R\$ 3,6 mil, mas e os outros trabalhadores vão receber quando? A nutricionista, o fisioterapeuta, o enfermeiro ou a enfermeira, quando receberão esses trabalhadores que têm que continuar também? São trabalhadores como os demais. Os problemas para nós, trabalhadores do Instituto de Cardiologia, cada vez se somam e eles estão descrito no seguinte, por exemplo: a mãe solo, que eu falei há pouco, que tem filho que precisa colocar na creche, o Cardiologia não está pagando a creche; o trabalhador que tem empréstimo consignado, o Cardiologia não está pagando o

consignado daquele trabalhador! Então são esses os problemas que estão acontecendo, além da falta do pagamento do salário. A necessidade de solução dos problemas, vai muito mais além do que o paciente como um todo, que é aquele que somos nós todos.

Algumas questões aqui foram trazidas da necessidade de buscar o atendimento no Cardiologia. Agora, o Cardiologia também funciona com pessoas, são trabalhadoras. E aí, doutor, o senhor que esqueceu, eu vou fazer aqui algumas lembranças com relação ao que o senhor não falou, que são os trabalhadores. Uma das trabalhadoras disse para mim, no final de semana, “Júlio, eu estou muito preocupada com essa situação, eu não tenho dinheiro para comprar um pão em casa. Estou fechando dois anos...” [Já falei das férias, vou pular essa aqui.] (...) A situação ficou tão grave lá em casa que o meu filho que tem asma, eu não consigo comprar bombinha para ele.” Estes são alguns dos problemas que estão acontecendo com as trabalhadoras e os trabalhadores. E volto a dizer, muitas, e por opção, mãe solos que, infelizmente, não têm essa compreensão. As férias, por exemplo, muitas delas, já com dois anos, já vencendo a segunda, em que o hospital tem que pagar a terceira, e aumenta a dívida do hospital... Não estão conseguindo colocar as trabalhadoras em férias, porque não tem como pagar. Então a dificuldade dos trabalhadores está tão grande que as pessoas estão pedindo para sair. Elas não conseguem mais ir trabalhar, a saúde mental está extremamente abalada, porque a questão, como um todo, é que nós, trabalhadores e trabalhadoras da saúde, nós vivemos e vivenciamos a covid frente a frente. Dezenas dos nossos colegas morreram por causa de covid, eu não me canso de contar a história de duas, não é uma, são duas trabalhadoras do Hospital de Clínicas, técnicas de enfermagem. Pegaram um contrato temporário, Oliboni, contrato temporário no Hospital de Clínicas. Fizeram o contrato temporário, pegaram covid, foram para casa, transferiram... (Ininteligível.) ...e perderam os maridos, e perderam o emprego também, porque era temporário. Isso acontece com os nossos trabalhadores da saúde, isso está acontecendo no Cardiologia. Então, gente, quando se pensa em contratos, Fernanda, e, por óbvio, não transmitindo para ti, porque tu tens a consciência

disso, o Fernando tem a consciência disso, a secretaria municipal tem essa consciência, mas o Estado do Rio Grande do Sul está sendo conivente com todos esses problemas a partir do problema do programa que eles criaram, que é o Programa Assistir. O Assistir está causando problema em tudo quanto é lugar. E a gente vai conversar com eles e dizem que não, e não se colocam numa situação de estar aqui discutindo algo que é extremamente complicado para Porto Alegre, para o Estado do Rio Grande do Sul, porque bem foi dito: o Cardiologia não é de Porto Alegre, o Cardiologia é do Estado do Rio Grande do Sul. Então o problema não é só de Porto Alegre, não é só dos vereadores de Porto Alegre, o problema é do Estado do Rio Grande do Sul. Por fim, quero dizer o seguinte: o Cardiologia é fundamental para este Estado, mas ele não se sustenta sem a classe trabalhadora. Não se sustenta sem aquele técnico de enfermagem que está ali que, além de ser técnico de enfermagem, está ali sentado pensando que vai ter uma solução para os trabalhadores do Cardiologia, para os trabalhadores da saúde. Era isso.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP) (COSMAM): Obrigado, Júlio, antes de passar para a Sra. Cristina, eu vou passar para os vereadores que quiserem fazer uso da fala. A Ver.^a Mônica... Desculpa, é o Cristiano, depois dos vereadores. A Ver.^a Mônica está com a palavra.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Bom dia a todos, aos componentes da Mesa, eu estava aqui digitando e enviando mensagem para o governador, porque eu confesso a vocês que me surpreendi com esta reunião. Pelo que eu estou escutando, assistindo, o problema, eu anotei aqui, Dr. Gustavo, que é um querido amigo, irmão de uma amiga minha de longa data, eu anotei, quando o senhor falou que a receita bruta é um grande problema do Instituto de Cardiologia. É isso, confere?

SR. GUSTAVO GLOTZ DE LIMA: Em que sentido? A baixa receita? (Pausa.)
Sim.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Sim. O Instituto de Cardiologia vem sendo financiado pelo IPE e pelo SUS. Também anotei esse item que o senhor falou.

SR. GUSTAVO GLOTZ DE LIMA: Não, subfinanciado.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Subfinanciado, está bem. O Instituto de Cardiologia representa 70% do atendimento do Estado do Rio Grande do Sul. Isso?

SR. GUSTAVO GLOTZ DE LIMA: Isso foi me dito pelo secretário Sparta.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Bom, a ausência da secretária de saúde do Rio Grande do Sul; nós, como comissão da saúde de Porto Alegre, o que nós podemos fazer, Ver. Oliboni, eu assisti parte da sua fala, é pressionar a Secretaria da Saúde do Estado, que é o órgão responsável que tem que se fazer presente e tem que buscar a solução. Na minha opinião, presidente, eu faço, como encaminhamento, este documento que a secretária da saúde se faça presente e atue frente a esse problema, porque aqui: o Instituto de Cardiologia informa que há previsão de pagamento de 70% da folha. Em nota, o Instituto de Cardiologia ressalta que os valores que deveriam ser depositados na sexta-feira, dia 7, são de repasses do SUS que não foram pagos. Confere? (Pausa.) Então nós temos aí um problema do SUS e temos problemas do IPE, que está quebrado, ou seja, o Instituto de Cardiologia está atirado à sorte tanto nos funcionários como nos pacientes. E aqui, uma outra questão, há 42 pessoas internadas esperando os procedimentos, menos de 97 registrados em março, mas temos 42 pessoas esperando o procedimento para ajustes de aparelhos?

SR. GUSTAVO GLOTZ DE LIMA: Aproximadamente, esse número, não sei de hoje, mas, durante esse mês que passou, esse é o número.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): O Instituto de Cardiologia desempenha um papel fundamental no atendimento cardiológico da capital, sendo responsável por aproximadamente 60% dos casos da capital também e recebe pacientes de todo Rio Grande do Sul. Quer dizer que ele não fecha a porta, é como o Hospital de Pronto Socorro, quando entra um paciente, não perguntam de onde é. Então eu confesso a vocês, de forma muito objetiva, que precisa ser acionado o governo do Estado, à secretaria da saúde, na pessoa da secretária Arita. Era isso, obrigada.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP) (COSMAM): Obrigado, vereadora. Pessoal, eu vou pedir permissão para nos retirarmos, eu e a Ver.^a Cláudia, nós temos reunião de líderes agora. (Pausa.) Tem mais que vão sair. E eu vou passar para o Presidente da CEDECONDH, o Ver. Conselheiro Marcelo. Obrigado.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (CEDECONDH): Passo então os trabalhos ao colega Ver. Alvoni Medina, proponente desta reunião.

(O Ver. Alvoni Medina assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP) (CEDECONDH): Eu quero agradecer a todos que estão aqui por essa paciência. O Sr. Cristiano Silva quer falar? (Pausa.) O Sr. Nelson está com a palavra. Depois, o Ver. Jonas e o Ver. Oliboni.

SR. NELSON KHALIL: Eu só reforço as palavras que já foram ditas aqui, mas eu lembro que o financiamento para os hospitais é tripartite, é uma questão: governo federal, governo estadual e governo municipal. Então, temos que ter, sim, a participação da secretária Arita, e aumentar o financiamento para o Cardiologia, que é fundamental, mas também aqui o Fernando Ritter tem que fazer um esforço para aumentar o financiamento para as atividades do Cardiologia; não é demais, nunca, repetir, o Cardiologia é um patrimônio do nosso Estado. Nós não podemos deixar ele cair, nós temos que lutar juntos. A

vida de muitos e muitos brasileiros depende do Instituto de Cardiologia, e são atitudes... E outra coisa que também acho, aproveitando que estamos aqui, Alvoni, Oliboni e outros vereadores aqui, temos também as emendas parlamentares da Câmara Municipal, que podem não ser uma solução definitiva, mas ajudam a resolver alguns problemas graves, pelo menos comprar 42 marcapassos, a gente conseguiria.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP) (CEDECONDH): Na verdade, nós não nos furtamos de ajudar, principalmente a saúde. As emendas impositivas que temos na Casa, metade vai para a saúde do Município; a outra metade, também destinamos a vários postos de saúde da cidade de Porto Alegre; nós procuramos olhar exatamente por essa população, vereadores Oliboni, Marcelo, a nossa preocupação é realmente com a saúde, a gente vê a grande dificuldade da saúde no Estado, no Município, mas a preocupação aqui, bem como a pauta que foi trazida pelos senhores que me procuraram, é a preocupação de como vai ficar o Instituto de Cardiologia, qual é o futuro que essas pessoas podem esperar, sabendo que suas vidas vão estar em risco quando elas forem ao Cardiologia sem serem atendidas. Nós temos relatos de pessoas que procuraram e não foram atendidas, uma lista grande de pessoas que estão na fila, esperando o atendimento, bem como o relato de pessoas que trouxeram até o nosso gabinete que foi judicializado para que elas pudessem ter seu atendimento, salvar a sua vida. Então, não estamos aqui querendo crucificar o Cardiologia; pelo contrário, queremos que o Cardiologia continue sobrevivendo e ajudando a população de Porto Alegre; a preocupação desta Comissão é com a vida dessas pessoas, o futuro dessas pessoas, e o que esta Comissão, os governos do Estado e do Município podem fazer para que o Cardiologia continue fazendo o que vem fazendo, como o senhor mesmo falou, o senhor que está há 30 anos no Cardiologia; então, o senhor sabe que, quando uma pessoa procura o Cardiologia, procura porque a sua vida está em risco; às vezes, são envidas para outro hospital pessoas que tiveram infarto – quando chegam no cardiologia tiveram que esperar porque não tinha uma resposta. Então, essa é a

preocupação, eu acredito que até dos familiares que estão lá no hospital. A gente não está aqui querendo crucificar, a gente quer saber daqui para frente, como é que vai ficar o Cardiologia? O que se pode fazer para mudar essa situação? Por onde, nós, como vereadores, podemos ajudar, é isso que nós queremos saber! O Sr. Cristiano Silva da Silva está com a palavra.

SR. CRISTIANO SILVA DA SILVA: Bom dia a todos, todas e todes, nobres vereadores, sou diretor da Associação Gaúcha dos Trabalhadores da Saúde – AGTS, que está sempre na luta, acompanhando os trabalhadores. A minha preocupação é com os trabalhadores, a minha preocupação é com o atendimento a nossa população. Esse problema que vem acontecendo no Instituto de Cardiologia vem se agravando há muito tempo, nas condições de trabalho, no atraso nas férias dos trabalhadores, no não depósito do Fundo de Garantia; os trabalhadores estão adoecidos, passando por muitos problemas psicológicos. O trabalhador que cuida de vida tem que ter condições de trabalho, tem que ter o seu salário em dia para prestar um bom atendimento. A nossa saúde pública de Porto Alegre está agravada, com vários problemas. As instituições têm que receber um olhar público das três esferas, federal, estadual e municipal. É uma pena que o governo estadual não está aqui, deveria estar aqui. O Instituto de Cardiologia tem nome, é referência, não merece estar nessa situação, mas a minha preocupação realmente é com os trabalhadores da saúde, porque os trabalhadores têm conta para pagar, os trabalhadores têm empréstimos; então, temos que ver essa situação, condições de trabalho para os trabalhadores e atendimento de qualidade para nossa população. Obrigado a todos e todas!

(O Ver. Conselheiro Marcelo reassume a presidência da CEDECONDH.)

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB) (CEDECONDH): Obrigado, Cristiano. O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Bom dia a todas e a todos presentes aqui na comissão, aos vereadores, aos membros representantes do Instituto de Cardiologia, também à vigilância representada aqui. Eu realmente fico muito triste pelo quadro apresentado. Não é uma novidade, eu acompanho há muito tempo a saúde da capital, e a gente dialoga com os moradores da cidade. Quero dizer que me solidarizo com a necessidade do resgate. Nós não podemos deixar que instituições que contribuíram muito para a cidade encerrem as suas atividades, porque o caminho é turvo; as dificuldades são iminentes, e a ausência do governo estadual é uma vergonha. Quero dizer que a secretária de saúde, inclusive, foi denunciada várias vezes – está aí nas páginas dos jornais; e este governo, que é a continuidade do anterior, fechou muitos hospitais, está espremendo o próprio IPE. Por que o IPE está mal? Má administração. Eram eles que estavam lá. Nem o reajuste do salário dos servidores eles concederam, e eram os servidores que alimentavam o IPE; se tu não concedes reajuste salarial, o repasse não aumenta; portanto, aquelas instituições que necessitam do fundo também acabam indo à míngua. Eu quero dizer que é fundamental uma mesa de debates sobre os hospitais que precisam do fortalecimento do SUS; faltam leitos, essa é a realidade, essa é a realidade do Rio Grande do Sul. Mas, mais do que isso, me preocupa a situação a que chegam os trabalhadores, porque se a instituição, se o CNPJ tem dificuldades, imagina o trabalhador que depende do salário para pagar o seu transporte, para pagar a sua alimentação. É periclitante.

Estive ontem à frente do Instituto de Cardiologia ouvindo os depoimentos dos trabalhadores, presidente Júlio, e fiquei extremamente comovido, porque eu não sabia dessa dimensão grave do fundo de garantia não estar sendo garantido. Isso é um direito sagrado. Os direitos trabalhistas são uma conquista da seguridade no Brasil; sem isso, a gente fica perdido, sem eira nem beira. Então essa é a minha preocupação aqui, falo para essas duas comissões e peço aqui esse encaminhamento, a Secretaria Municipal da Saúde tem condições de pensar como pode ajudar nesse processo, então eu acho que o secretário Ritter, que nós conhecemos, sabemos que é um dentista dedicado, precisa assumir, de

fato, a secretaria – ainda não o fez, não sei se está montando equipes, se está em transição, se o governo não está deixando ele mudar cargos. Tem cargos que têm que ser mudados, tenho plena ciência disso, e o governo tem que deixar o secretário trabalhar. Agora, nós não podemos ter pessoas que estão sendo atendidas de forma precária no Instituto, que é o caso de algumas que nos procuraram e nos disseram que as dificuldades são grandes, inclusive no setor da rouparia – esses tempos, não tinha nem linha para costura –, então isso é extremamente grave. Eu acho que tem que ter um olhar público para isso, vereadoras e vereadores, colegas, porque ali tem dinheiro público; onde tem dinheiro público, nós temos que estar presentes com força, porque este é o papel da Câmara: fiscalizar todas as instituições que oferecem o SUS na capital. Então eu deixo aqui o meu abraço, a minha solidariedade a todos vocês, trabalhadores do Instituto, porque, independente se são direção no momento, são também trabalhadores, e esse problema de gestão tem que se dar conta; mas também os gestores públicos não podem se eximir – aí, fica feio. Então o secretário estadual e o secretário municipal têm que estar aí. Obrigado, um abraço e boa luta a nós para salvarmos essa instituição.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB) (CEDECONDH): Temos mais 12 vereadores inscritos; depois, temos a resposta do diretor também. Devido ao adiantado da hora, peço que sejam breves para que a gente possa dar continuidade e ir para os encaminhamentos finais. Ver. Oliboni, então, por favor.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Obrigado, Ver. Marcelo; Ver. Alvoni, que foi o proponente. Primeiro, Alvoni, acho que nós temos que criar aqui um grupo de trabalho que possa, no início de agosto, após o nosso recesso, voltar a discutir essa pauta; e aí reunir poder público municipal, poder público estadual, governo, bancada, governo federal, representante do Ministério da Saúde. Seria um aspecto. Segundo: que nós consigamos aqui, em um consenso entre as duas comissões, elaborar um documento, uma carta de apoio ao Instituto de

Cardiologia e aos trabalhadores no intuito de pagamentos de salários em dia, pagamento dos recursos ora oriundos do Estado, via IPE ou não, e também apoio no intuito de aumentar ou recompor, eu diria, a tabela SUS. Nós sabemos que esse programa do governo do Estado, O Programa Assistir, de fato retirou muito recurso, não só do Cardiologia, como de vários hospitais, lamentavelmente; mas é preciso recompor, é preciso muito diálogo. O Dr. Gustavo fez uma boa apresentação, nós estamos sensibilizados neste momento. Acho que emendas parlamentares são um pequeno grão de açúcar – eu, por exemplo, destinei R\$ 200 mil, no ano passado, para o Cardiologia –, mas aqui nós precisamos falar em milhões, nós precisamos trabalhar com recurso significativo, mas nós precisamos também que o Cardiologia... Eu conversei na sexta feira com o Dr. Marne, que me dizia: “Não, nós vamos pagar, sim, o salário, na segunda-feira”. Mas os trabalhadores vão se reunir, pode sair greve geral, o senhor tem que apressar o passo. “Nós vamos, Oliboni, mas estamos com tal problema”, esse que o senhor acabou trazendo aqui hoje. Então eu creio que tem que haver uma certa consonância com o poder público municipal. Nós percebemos que Brasília resolve o problema quando há uma sensibilidade do poder público municipal e faz um aporte significativo de recurso para manter o Cardiologia aberto, coisa que não acontece aqui em Gravataí, não acontece aqui em Viamão, e não está acontecendo em Porto Alegre. Mas pode acontecer. Isso é real, isso é legal também, que o poder público municipal, além de atualizar os pagamentos, coisa que o Estado ainda não o faz, tem que reorganizar neste sentido. Mas creio que essas duas questões, uma nova reunião com ambos poderes, sempre fazendo um apelo ao Cardiologia de que não precarize a mão de obra, a dignidade dos servidores. Não é justo que o servidor que está trabalhando receba somente parte do salário, porque é ele que vai te dar a vida no atendimento, na solução do problema enfrentado, seja ele médico ou técnico enfermagem. E logo aí inclusive, Júlio, vem a questão do piso nacional de salários dos enfermeiros, dos técnicos de enfermagem, é um recurso que vem do governo federal como um aporte financeiro, mas para repasse a esses servidores, não tem nada a ver aqui com o faturamento, é um reconhecimento

do piso nacional de salários que inclusive está em discussão e que nós vamos pautar aqui no início de agosto, essa agenda que é de extrema importância não só para hospitais públicos, mas também hospitais privados. Então nesse sentido, nobre Dr. Gustavo, acho que tem uma parceria nossa desde que haja esta, vamos dizer assim, contrarreferência. E lamentamos a ausência do Estado aqui ao mesmo tempo em que reconhecemos esse trabalho do Cardiolgia. Bem-vindos aqui. Um abraço.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REP) (COSMAM): Só pra complementar, Ver. Oliboni, e todos que estão aqui: nós enviamos o convite para a secretaria do Estado e não houve nenhum tipo de retorno. Nós fizemos esse convite porque nós sabemos a importância que o Estado tem neste momento, principalmente que é o mais interessado de poder também nos dar esse apoio. Nossa preocupação, Dr. Gustavo, é como o Oliboni falou agora, é com os trabalhadores, é com essas pessoas que estão ali dentro do Cardiolgia, eles são os responsáveis por atender a população de Porto Alegre, e eles têm os seus compromissos, têm as suas famílias, então nós temos que pensar também nessas pessoas. O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Bom dia a todos. É uma reunião muito importante, vejo aqui que o problema do Cardiolgia afeta muitos segmentos da sociedade do Rio Grande do Sul. Eu inclusive estou mantendo um contato com o Dr. Thiago, que é médico, que é da comissão de saúde da Assembleia, para que nós possamos adentrar lá, fazer uma reunião, Dr. Gustavo, fiquei com seu telefone aqui e tão logo puder... O presidente da comissão de saúde é o Neri Carteiro, para que a gente possa levar esse tema para a Assembleia e, em conjunto com a Assembleia Legislativa, já que é um problema do Estado... Eu senti aqui que o Município quer ajudar, mas quer ajudar com a sua parte, que é inferior ao Estado e à União. Naturalmente é um debate bom, mas ele precisa ser encaminhado nos setores que realmente vão decidir, e nesse sentido, tão logo eu receba essa informação do Dr. Thiago, eu vou passar ao Gustavo e

também à comissão. Minha comissão é a CEDECONDH, mas a Comissão de Saúde e a CEDECONDH estão numa parceria aqui, nós podemos levar esse problema para a Assembleia, e naturalmente lá na comissão de saúde discutir essa questão mais amplamente. Afeta todo mundo, mas os funcionários, me parece, são os mais afetados. Mas eles só vão receber se o hospital melhorar; penaliza todo mundo. É o que nós vimos aqui. É uma pena, mas essa é a realidade. Como chegou aqui não vem ao caso nós discutirmos. O Dr. Gustavo falou bem ali, o SUS, o IPÊ, e nós acompanhamos essa trajetória do IPÊ, e foi muito difícil. Os funcionários também estão lá agora com uma cota de 3,6% em cima dos funcionários. Nós aqui da Câmara somos do IPÊ, mas aqui nós temos um contrato até 2024; não sei se vai mudar, e se mudar eu mesmo me retiro, vou botar na poupança, vou botar meu dinheiro na poupança. A alíquota é muito alta, está afetando todo mundo, o IPÊ está afetando todo mundo. Falaram aí, não sei a sigla, questões que alguns hospitais estão ganhando, outros estão perdendo, e naturalmente isso afeta. O SUS é muito baixo, o IPÊ é muito baixo, e não tem outra saída. A partir da Assembleia, acredito eu, se nós pudermos aqui na Câmara ajudar no sentido das emendas impositivas, uma emenda de comissão ou das comissões, isso é importante, Oliboni, nós poderemos ajudar também. Então nós vamos fazer a nossa parte aqui, mas nós precisamos das partes mais importantes que é o Estado e a União. Nesse momento o que eu posso dizer é que eu vou começar a costurar, Dr. Gustavo, essa aproximação na Assembleia porque lá é o local legítimo desse debate. Não nos tirando do páreo, como se diz, nem a secretaria do município, mas nós queremos levar esse assunto para lá, que parece com mais prerrogativa e automaticamente melhor de se debater, não tirando, volto a frisar, a nossa prerrogativa também. Nós queremos unir forças. Quem sabe depois buscar até os deputados federais para uma emenda federal. Se não me engano o líder esse ano é o deputado de vocês, do Republicanos, meu ex-colega Carlos Gomes. Então são detalhes que eu estou trazendo aqui, com a experiência que a gente tem, de como é que a gente vai chegar lá. É um caminho árduo, mas um caminho importante para todos nós. O Instituto de Cardiologia é um instituto importantíssimo para o Estado

do Rio Grande do Sul, os dados que o Dr. Gustavo trouxe aqui são muito importantes, fazem mais do que outros hospitais maiores, em alguns aspectos, e saúde nós não podemos deixar fechar. Os políticos têm a mania de, na campanha, falar do trinômio, e vocês veem sempre essa palavra, a ordem não interessa, depende do momento, mas saúde, educação e segurança é o trinômio dos políticos que são do executivo, que vão aplicar nisso, que isso aí vai ser o tom da campanha. Todos erram nesse setor. É problema, muitas vezes, de gestão. Então eu acredito que há possibilidade, sim, de nós encaminharmos na assembleia e buscar uma alternativa nesse sentido. Aqui nós podemos fazer emenda de comissão, emenda de um a um; nós temos 36 vereadores, Gustavo, e se cada um der um pouquinho, dá um bom montante. É a forma de nós atuarmos. Peço aos presidentes da CEDECONDH e da COSMAM, pois em quase todas as reuniões eu tenho dito: “Vamos colocar no orçamento”. Está lá encaminhado, mas não adianta só ter encaminhado, eu quero saber se lá na hora que nós formos fazer o orçamento do Município, não for a emenda de comissão. Isso é muito importante, Presidente, e solicito isso aí aos dois Presidentes: que nós possamos fazer emendas não só individuais, mas também emendas de comissão. A saúde em primeiro lugar. Obrigado pela oportunidade. É essa a contribuição que eu quero dar.

(O Ver. Alvoni Medina reassume a presidência da CEDECONDH.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP) (CEDECONDH): O nosso deputado Carlos Gomes sempre tem procurado trazer emendas para a cidade de Porto Alegre, e àquele que bate também. Nós temos que procurar, ir até os nossos deputados, principalmente aquelas instituições que realmente estão passando por dificuldades. Ele tem ajudado também várias instituições aqui na cidade e Porto Alegre e no Estado Rio Grande do Sul, não tem virado as costas para o Estado. A Santa Casa sabe disso, o Conceição, o Vila Nova, tem várias entidades para as quais ele tem trazido emendas. Então se cada partido aqui na Mesa se unir, com certeza vamos salvar o Instituto de Cardiologia.

O nosso presidente aqui, o Marcelo, diz que vai conversar com o governo para passar as emendas que nós passamos para o Município... Cada vereador tem a metade, R\$ 750 mil, acho que cada um tem que buscar o apoio, Dr. Gustavo. Nós estamos aqui para que nós possamos ter esse encaminhamento e nos reunirmos mais vezes para dar uma resposta para a população e saber que o nosso Instituto de Cardiologia vai continuar com vida longa e salvando muitas vidas, o que ele tem feito.

SR. NELSON KHALIL: Só quero lembrar uma única coisa: todas as discussões são válidas, mas os pacientes e as associações de pacientes dos transplantados estão sempre participando e querendo participar das soluções. Então nós estamos abertos a colaborar, a prova é que estamos aqui, mesmo com alguns problemas de saúde, e queremos participar, juntos, da solução desses problemas. Nós queremos ser chamados e atuar juntos.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP) (CEDECONDH): Passo a palavra ao Dr. Gustavo para o encaminhamento final.

SR. GUSTAVO GLOTZ DE LIMA: A minha primeira palavra aqui tem que ser de agradecimento à receptividade de todos os senhores aqui, que estão motivados, estão abertos e estão sensíveis ao problema do Instituto de Cardiologia. Então eu quero, em nome da fundação, em primeiro lugar, agradecer. Em segundo lugar, eu gostaria de dizer que a direção fica muito preocupada e muito comovida com todos os colaboradores do Instituto de Cardiologia, com todos os funcionários do Instituto de Cardiologia. Desculpem eu dizer isso, mas eu sou forçado a dizer que a direção do Instituto de Cardiologia não tem ganho, não recebe nada para ser direção do Instituto de Cardiologia. Os diretores do Instituto de Cardiologia não recebem do Instituto de Cardiologia para participar da sua direção; os diretores são os médicos, cuja subsistência vem do trabalho médico. Quando nós recebemos os recursos que devem entrar para o Instituto de Cardiologia, nós temos que fazer uma análise muito criteriosa para cobrir a folha,

e ao mesmo tempo para comprar insumos médicos. Então à medida que o recurso chega, nós temos que ir lá ouvir o Luciano, nós temos que ouvir o diretor financeiro, nós temos que ouvir o RH, e nós temos que fazer aquela repartição: o quanto eu consigo cumprir da folha e o quanto eu tenho que botar em recurso de insumo para atender as pessoas, porque, claro, eu tenho a pressão trabalhista de um lado, mas eu tenho a pressão da vida dos outros; se eu vou ser julgado por não estar completando a folha por um lado, eu vou estar sendo julgado por não estar dando medicação para os pacientes que precisam por um outro, e a porta do Instituto de Cardiologia é aberta, todos os dias estão chegando pacientes muito graves. Eu gostaria de agradecer enormemente os recursos não operacionais, as verbas parlamentares, porque apesar de elas serem finitas, elas dão o fôlego para salvar vidas. Às vezes um grãozinho de açúcar, para uma pessoa que está morrendo de fome, representa a vida dela. Então mesmo o pequeno recurso que entra, quando se soma, ele permite que o hospital vá adiante. A direção sabe que o que o hospital necessita de uma sustentação maior que apenas o recurso não-operacional, por isso o hospital foi atrás da Fundação Getúlio Vargas, fez um contrato com a Fundação Getúlio Vargas, para um programa de gestão e refinanciamento bancário, prolongamento da dívida junto às instituições financeiras. Esse programa, segundo a Fundação Getúlio Vargas, vai demorar alguns meses pra poder ser elaborado e efetivado. Nesse período, a gente precisa de recurso pra continuar a nossa subsistência, e as emendas, nesse período, vão ser fundamentais, e nós estamos, não é Fernanda, atrás de várias delas. Nós temos já vários deputados comprometidos com emendas, e a gente fica sempre na expectativa de quando elas serão viabilizadas, mas elas serão a ponte que vão poder garantir a nossa subsistência, até que um projeto de reestruturação de gestão e reestruturação financeira e bancária possa ser efetivado. Além disso, o Instituto de Cardiologia está ampliando a sua emergência pra dar mais condições e mais qualidade de atendimento, assim como o nosso setor de hemodinâmica, porque o hospital, como tudo na vida, ele vai se desgastando, e o desgaste é muito rápido. O uso das máquinas é tão intenso que a vida útil delas se desgasta muito

rápido, e a gente tem que estar sempre renovando o nosso parque e as nossas instalações estruturais, e isso é muito caro. Então eu venho mais uma vez aqui fazer esse apelo de ajuda, e eu saio muito feliz daqui, porque eu estou vendo que o espírito dos senhores vai contribuir muito para a Fundação Universitária de Cardiologia.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP) (CEDECONDH): Obrigado, Dr. Gustavo. A Sra. Fernanda, representando a Secretaria de Saúde, está com a palavra.

SRA. FERNANDA DOS SANTOS FERNANDES: Aproveitar a oportunidade, o Gustavo já iniciou a fala sobre a questão das emendas, e nisso acho que os vereadores podem nos ajudar no curto prazo para atender a essa situação aguda. Nós temos a Portaria nº 544, do Ministério da Saúde, que é aquela portaria que redirecionou os recursos do orçamento secreto para distribuir para a saúde. Então nós cadastramos várias emendas para os serviços de Porto Alegre, e para o Instituto de Cardiologia nós cadastramos especificamente R\$ 4 milhões. Então com essa portaria já começaram a ser pagos alguns projetos que a gente cadastrou já começaram a ser pagos, ontem saiu no Diário Oficial recurso para a Santa Casa, algumas para o Estado. Então seria importante, eu conversei com a Sílvia lá do Cardiologia, ela disse que uma das emendas do Cardiologia foi com o deputado Marcon, a outra eu não me lembro qual é o deputado. Então seria importante, nesse sentido, os vereadores conversarem com os deputados pra ver se a gente consegue dar uma celeridade junto ao governo federal pra liberação desse recurso que já foi cadastrado, e aí a gente faz o repasse de forma célere pro Instituto pra resolver essa situação aguda né. A gente tem um grande trabalho pela frente aí nessa reestruturação, mas o hospital precisa de caixa né, pra gente conseguir manter os atendimentos, como o Dr. Gustavo já explicou. Então eu lembrei desse detalhe que a gente conversou ontem né, a gente conversa todo dia, e é tanta coisa, e não poderia deixar de pedir auxílio para os vereadores nesta questão.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP) (CEDECONDH): Lembrando também que essa situação, como o senhor havia falado, sobre o SUS, já é antiga né. Então ela não é de agora. Ela é bem antiga. O Oliboni tem uma atuação também aí dentro do nosso governo federal, não é, Ver. Oliboni. O Sr. Júlio está com a palavra. Depois faremos os encaminhamentos.

SR. JÚLIO CESAR JESIEN: Só pra complementar algo de extrema importância que trouxe a Fernanda e, por lógico, o Ver. Oliboni. Percebam que os R\$ 200 mil que o Ver. Oliboni mandou, pode parecer nada, pode parecer nada; mas vamos dar uma olhadinha na tabela que trouxe o Dr. Gustavo. A gente está falando o seguinte: cardioversor desfibrilador com marca-passo; diferença do valor, R\$ 22 mil. Vereador, os R\$ 200 mil que o senhor mandou pode ter salvo 10 vidas. Os senhores estão entendendo o que a gente está querendo dizer? Se todos os vereadores de Porto Alegre conseguirem, de alguma forma, apoiar este movimento, a gente não vai salvar o Cardiologia e a sua dívida de aproximadamente R\$ 70 milhões, mas a gente vai ajudar e muito. Então, se os vereadores, a partir daqui, tiverem a possibilidade e a sensibilidade, quem sabe uma verba ajude não só o Cardiologia, mas os nossos colegas trabalhadores que estão precisando também de apoio. Era isso. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP) (CEDECONDH): Sem mais delongas; mais alguém que falar alguma coisa? Podemos encerrar então? Nós vamos nos reunir novamente, Dr. Gustavo, e aí o senhor pode contar com o apoio das duas comissões, porque é o interesse; vamos conversar também com o nosso deputado estadual, o Sergio Peres, e os demais deputados ali na assembleia, e conversar com o deputado Carlos Gomes, o senhor pode também ter uma conversa com ele, o senhor conhece o deputado Carlos Gomes...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REP) (CEDECONDH): Vai receber então dia 19; então o Carlos Gomes já está com a porta aberta. Obrigado a todos. Um bom-dia. Que Deus abençoe. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 12h.)

TEXTO SEM REVISÃO